


Porque pensar a relação Estado-Cinema no Brasil?

Obra resenhada: SIMIS, Anita. **Estado e Cinema no Brasil.** São Paulo: Editora Unesp, 3ª Edição, 2015

João Nery

Doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Docente no curso de Comunicação da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM) e da Universidade de São Paulo/EACH - Brasil

Contato: jenery@gmail.com



No prefácio à terceira edição do livro *Estado e cinema no Brasil*, publicado, pela Editora da Unesp, universidade na qual a autora, Anita Simis, atua como docente e pesquisadora, esta afirma que “... essa matriz se apresenta assim frutífera no seu formato original e, arrisco dizer, ainda não assimilada em todas as suas teses”. As ideias desenvolvidas no livro são referência para inúmeros estudos na área e para a formação de pesquisadores e realizadores, que têm nessa obra um panorama sobre a indústria cinematográfica brasileira em um período crucial de sua implantação e desenvolvimento, as décadas de 1930 a 1960.


A obra se insere na tradição de estudos que consolidam o cinema e o audiovisual como campo de pesquisa. As relações entre arte, indústria e política são estudadas e fazem parte do contexto, tanto acadêmico, quanto artístico, desde muito tempo. A transformação das artes tradicionais em tecnológicas, seguindo as análises de Walter Benjamin (1994), trouxe inúmeras questões para artistas, críticos de arte e intelectuais de diversos campos do saber.

O cinema, possivelmente, foi a arte que mais impactou o ambiente moderno, pois, com sua exposição a grandes públicos, desenvolveu novas formas de apreensão, de estética e de conteúdos, que impactaram profundamente aqueles que se expuseram às obras cinematográficas desde o final do século XIX. Também no aspecto da produção propriamente, houve inúmeras alterações, uma vez que, como observa Benjamin, a obra de arte cinematográfica é resultado de trabalho coletivo e tem desafios novos, relativos à relação de artistas e técnicos com os equipamentos que permitem transformar ideias e roteiros em filmes.

Para críticos e pesquisadores, o cinema passou a ser objeto de pesquisa que propiciava abordagens diversas e desafiadoras, no sentido de obter a compreensão dos sentidos do cinema, como arte, indústria, técnica e comunicação tecnológica. Recorrendo, mais uma vez a Walter Benjamin, observamos que o cinema atraiu para o seu campo realizadores que em outros tempos se dedicariam às artes tradicionais, e pesquisadores, que buscaram, muitas vezes, desenvolver pesquisas interdisciplinares para a compreensão da “sétima arte”. Como exemplo, citamos o artigo “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica”, no qual Walter Benjamin recorre a Freud e Marx e às vanguardas artísticas das primeiras décadas do século XX para analisar o cinema do seu tempo e que seria referência para estudos posteriores, além de ter suscitado a formulação, entre outros, do conceito de *Indústria Cultural*, por Adorno e Horkheimer.

No Brasil, a tradição da crítica cinematográfica estabeleceu como estratégia de análise entender o cinema brasileiro em oposição ao estrangeiro, especialmente ao cinema dos EUA, o que reproduzia as análises do campo sociológico ou da comunicação, tendo a relação centro-periferia como elemento catalisador do processo.

Pois bem, essa tradição não foi reproduzida na obra *Estado e cinema no Brasil*, que adiciona aos elementos anteriores uma questão central: a relação do Estado

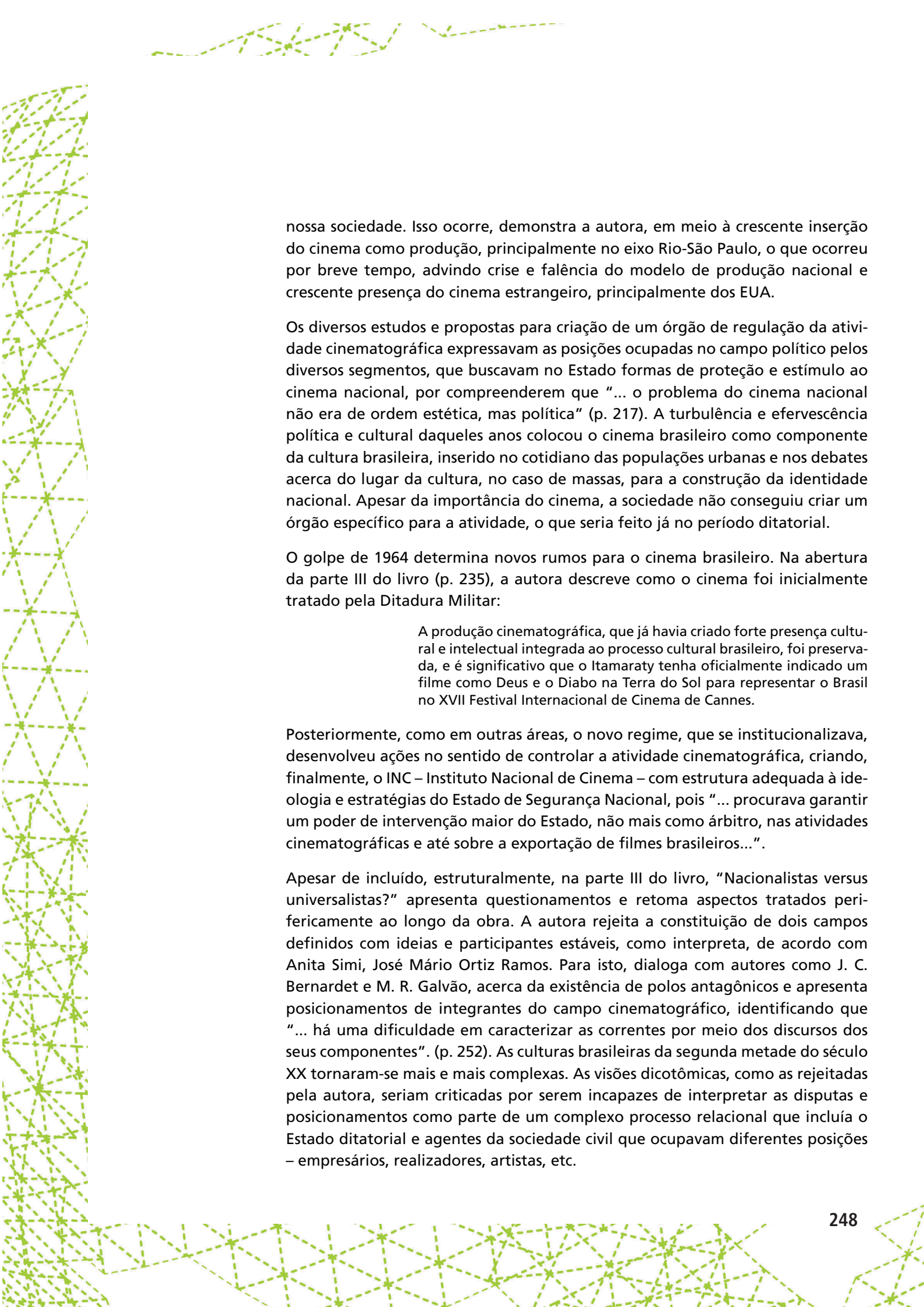


com a indústria que surgia. Se o cinema é indústria - e não há como negar isto, haja vista toda a estrutura necessária à produção de um filme e sua inserção no sistema de produção, circulação e consumo de mercadorias, no caso culturais – então é preciso pensar o papel do Estado, seja na regulação, seja no financiamento, ou, ainda, na produção. Partindo dessa perspectiva, Anita Simis desenvolveu uma pesquisa em profundidade, utilizando a bibliografia existente e dados coletados em diversas fontes, para apresentar uma interpretação inovadora da presença do cinema na sociedade brasileira. A ela interessam menos os realizadores e os filmes produzidos e mais as relações entre Estado e sociedade, em um processo dialético, que possibilitaria ou não a implantação do cinema como indústria no país.

Em sua pesquisa, a autora dialoga com críticos e pesquisadores da tradição na área, propondo novas interpretações para a realidade da indústria cinematográfica brasileira, especialmente sobre o papel do Estado em seu desenvolvimento. Nesse processo, Anita Simis valoriza o trabalho realizado por pesquisadores que a antecederam, mas rompe com os procedimentos adotados, principalmente por desenvolver seu trabalho cruzando metodologias e fontes de pesquisa, abordando quatro décadas de uma relação intensa e contraditória que marca a inserção do cinema em nossa sociedade. Estudando um longo período, dos anos 1930 aos 1960, ela nos oferece uma ampla análise das relações entre Estado e cinema, destacando mudanças profundas em ambos os campos.

Dividido em três partes, o livro realiza uma abordagem cronológica, na qual associa a organização do Estado, suas ações em relação à sociedade, e a participação do cinema no contexto brasileiro. Na primeira parte, 1930-1945, o destaque é para o uso político do cinema como forma de propagar a imagem de Getúlio Vargas e, também, para finalidades educacionais. O cinema é interpretado como parte do projeto político de Estado, que o utiliza para educação e propaganda. A autora constata que, nesse período, o Estado alterou profundamente as relações com o cinema. A intervenção do Estado “... ocorreu no plano da produção, distribuição, importação e exibição, e, conseqüentemente, o cinema deixava de ser uma atividade regulada apenas pelas leis do mercado” (p. 86). Tratava-se de uma política cinematográfica que incorporava a atividade cultural e industrial aos valores e à ideologia do Estado Novo. Isso levou a produções díspares e à participação de órgãos do Estado, como Ministério da Agricultura e DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), como produtores de cinema!

Na parte II o período abordado, 1945-1964, compreende o fim do Estado Novo (1937-1945) e início da ditadura Militar (1964-1985). Para as relações Estado-cinema, mostra Anita Simis, no breve período democrático, estabeleceram-se conflitos entre a velha ordem, inclusive jurídica, do Estado Novo, e o novo contexto democrático. Para o campo cinematográfico, o principal embate ocorre a partir da proposta do deputado Jorge Amado, de criação de um Conselho Nacional de Cinema, que regularia as atividades na área. As disputas incluíram amplos setores, que participaram intensamente dos debates acerca do lugar do cinema em



nossa sociedade. Isso ocorre, demonstra a autora, em meio à crescente inserção do cinema como produção, principalmente no eixo Rio-São Paulo, o que ocorreu por breve tempo, advindo crise e falência do modelo de produção nacional e crescente presença do cinema estrangeiro, principalmente dos EUA.


Os diversos estudos e propostas para criação de um órgão de regulação da atividade cinematográfica expressavam as posições ocupadas no campo político pelos diversos segmentos, que buscavam no Estado formas de proteção e estímulo ao cinema nacional, por compreenderem que "... o problema do cinema nacional não era de ordem estética, mas política" (p. 217). A turbulência e efervescência política e cultural daqueles anos colocou o cinema brasileiro como componente da cultura brasileira, inserido no cotidiano das populações urbanas e nos debates acerca do lugar da cultura, no caso de massas, para a construção da identidade nacional. Apesar da importância do cinema, a sociedade não conseguiu criar um órgão específico para a atividade, o que seria feito já no período ditatorial.

O golpe de 1964 determina novos rumos para o cinema brasileiro. Na abertura da parte III do livro (p. 235), a autora descreve como o cinema foi inicialmente tratado pela Ditadura Militar:

A produção cinematográfica, que já havia criado forte presença cultural e intelectual integrada ao processo cultural brasileiro, foi preservada, e é significativo que o Itamaraty tenha oficialmente indicado um filme como Deus e o Diabo na Terra do Sol para representar o Brasil no XVII Festival Internacional de Cinema de Cannes.

Posteriormente, como em outras áreas, o novo regime, que se institucionalizava, desenvolveu ações no sentido de controlar a atividade cinematográfica, criando, finalmente, o INC – Instituto Nacional de Cinema – com estrutura adequada à ideologia e estratégias do Estado de Segurança Nacional, pois "... procurava garantir um poder de intervenção maior do Estado, não mais como árbitro, nas atividades cinematográficas e até sobre a exportação de filmes brasileiros...".

Apesar de incluído, estruturalmente, na parte III do livro, "Nacionalistas versus universalistas?" apresenta questionamentos e retoma aspectos tratados periféricamente ao longo da obra. A autora rejeita a constituição de dois campos definidos com ideias e participantes estáveis, como interpreta, de acordo com Anita Simi, José Mário Ortiz Ramos. Para isto, dialoga com autores como J. C. Bernardet e M. R. Galvão, acerca da existência de polos antagônicos e apresenta posicionamentos de integrantes do campo cinematográfico, identificando que "... há uma dificuldade em caracterizar as correntes por meio dos discursos dos seus componentes". (p. 252). As culturas brasileiras da segunda metade do século XX tornaram-se mais e mais complexas. As visões dicotômicas, como as rejeitadas pela autora, seriam criticadas por serem incapazes de interpretar as disputas e posicionamentos como parte de um complexo processo relacional que incluía o Estado ditatorial e agentes da sociedade civil que ocupavam diferentes posições – empresários, realizadores, artistas, etc.



As conclusões, apresentadas como “Estado e cinema no Brasil”, retomam os argumentos centrais da obra. A autora destaca que (p. 257) “... nem sempre os governantes demonstraram falta de interesse pelo cinema brasileiro. Podemos demarcar momentos distintos da relação Estado/cinema brasileiro diante dos problemas da produção cinematográfica no período anterior à criação do Instituto Nacional de Cinema, em 1966”. Do governo provisório de 1930 ao início da ditadura militar de 1964, a trajetória do cinema brasileiro em sua relação com o Estado foi analisada por Anita Simis a partir de uma perspectiva histórico-crítica, na qual são apresentados agentes que atuaram nos campos político, artístico, industrial e a efetiva influência das relações destes para o desenvolvimento do cinema no Brasil. A pergunta do título, “Porque pensar a relação Estado-Cinema no Brasil?” foi respondida nesta obra essencial para a compreensão do cinema brasileiro.

Referências

BENJAMIN, W. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. IN: BENJAMIN, W. Obras completas, v. II. São Paulo: Brasiliense, 1994.